

---

## **Faculdade de Tecnologia de Mauá**

### **A AIDS NO LOCAL DE TRABALHO**

Ao longo do curso da epidemia no Brasil, numerosas iniciativas têm abordado a questão AIDS no local de trabalho, foram experiências no âmbito governamental, das organizações não – governamentais, de sindicatos e empresas. Estas experiências, apesar de terem apresentado resultados diversos, não garantiam a continuidade das ações ou promoveram articulações que assegurassem a efetividade desejada. Na realidade, foram ações isoladas sem ligação com um contexto globalizado, tornando desta forma, ações sem planejamento, resultando em retornar pouco expressivos e dificultando a mensuração dos mesmos.

O primeiro programa governamental do país na área de AIDS, ocorreu entre 1983 a 1985 em São Paulo, através de debates promovidos pela secretária de saúde do Estado de São Paulo e entidade representativas da classe trabalhadoras, como sindicatos federações, associações e confederações. Os trabalhos não apresentam êxito devido à forte associação entre AIDS e homossexualidade vigente à época, no entanto, dificultou e paralisou os debates. Em agosto de 1987, o Programa Nacional de DST/AIDS, apresentou sua proposta concreta de atuação no setor - O projeto AIDS nas empresas, que visava fundamentalmente à formação de agentes multiplicadores de informação, por meio do estabelecimento de parcerias com a comunidade e as instituições empresariais.

Em 1988, o PN DST / AIDS, lançou o primeiro documento sobre AIDS no trabalho, sempre alertando que qualquer programa que seja desenvolvido ressalte a necessidade de não violar os direitos humanos. Em decorrência deste documento o Ministério da Saúde e Trabalho, em 10 de agosto de 1988, determinou que às CIPAS (Comissão Internas de Prevenção de Acidentes), induzissem nas campanhas, palestras sobre prevenção da AIDS no local de trabalho.

#### **Programa de AIDS no trabalho**

O Brasil é hoje um país comprometido com a AIDS. Os números informam que existem mais de 76 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 60 anos, sendo que a média etária de ingresso de pessoas no mercado de trabalho é a de 15 anos, que a expectativas de vida ativa da população varia entre os 35 e 45, que 83,4% dos 76.396 casos de AIDS, 18 notificados ao Ministério da Saúde até 02 de dezembro de 1995, estão na faixa etária dos 15 aos 45 anos, conclui-se que a força produtiva do país está sendo fortemente afetada pela epidemia. Estima-se que a epidemia de AIDS, desta forma, atinja o patamar de 0,6% da população brasileira dentro do que se considera idade ativa (15 aos 45 anos).

(Médice,1994, p. 326). A epidemia da AIDS, desta forma, atinge e atingirá ainda mais a população adulta, acarretando graves danos à economia do país e também ao mercado de trabalho. Além de todos os impactos econômicos, devemos observar que as consequências resultadas pela AIDS, transcendem a natureza destas questões.

A epidemia afetará o indivíduo e sociedade como um todo, trazendo sérios problemas para a vida humana, dentro das áreas, social, educacional, política, nos valores, comportamentos e aspectos diversos da cultura de toda a nação.

Sendo assim é imprescindível iniciar e intensificar campanhas no campo da informação / Prevenção da AIDS e DST. Não devemos concentrar os esforços financeiros para campanhas de educação contra a AIDS, como custo e sim investimento, no sentido em que previne que sejam despendidas somas financeiras muito maiores com o tratamento do doente.

A prevenção se justifica tanto por razões humanitárias, quanto por ser “ Um atributo de racionalidade econômica e de elevação da produtividade sistêmica de uma nação “. (Médici, 1994, p. 328). No âmbito empresarial a AIDS, traz consequências bastante sérias, como é o caso do absenteísmo.

Os trabalhadores faltam em seus trabalhos, porque estão doentes e em tratamento, ou faltam para acompanhar familiares doentes. Para a empresa esta ausência pode acarretar problemas sérios na rotina dos serviços e a simples troca do funcionário requer toda uma estrutura de treinamento e capacitação da mão de obra o que onera sensivelmente os gastos na empresa. Do ponto de vista social, a AIDS no local de trabalho, gera os sentimentos de medo, ansiedade e o preconceito, os quais interferem na produtividade, como exemplo, a rejeição das pessoas em trabalhar com um colega portador de AIDS, para isso a organização mundial de saúde, formulou uma lei que garante os seus direitos humanos, que diz:

“ Nenhuma pessoa pode ser tratada de forma injusta ou desigual devida sua raça, cor, religião, nacionalidade ou outra condição que não guarde relação com suas ações e qualificações então, cabe a ela traçar bases do programa de prevenção. ”

A O.M.S. propõe recomendações aos empresários que garantam o cumprimento dos direitos do homem dentro do contexto das instituições. ”

A maior dificuldade imposta ao portador de AIDS refere-se a sua aceitação dentro do mercado de trabalho, e esta dificuldade se alastra no âmbito de permanência do emprego. O preconceito da população perante a doença torna a situação agravante devido medo de contraírem a doença por vias que não possuem risco, devido à falta de informação e esclarecimentos.

O trabalhador infectado pelo vírus HIV, sem doença evidenciada deve ser tratada de maneira idêntica a qualquer outro funcionário. Os doentes enfermos devem receber tratamento igualitário. É importante educar os trabalhadores e seus familiares de HIV e SIDA, informando as formas corretas de contágio, e dos benefícios firmados por lei para os infectados pelo vírus.

A maior parte dos portadores de HIV, desejam continuar suas atividades laborativas, atitude que lhes aumenta o bem-estar físico e mental, e que por direito lhes são asseguradas dessa forma precisamos de políticas públicas que garantam esse direito.